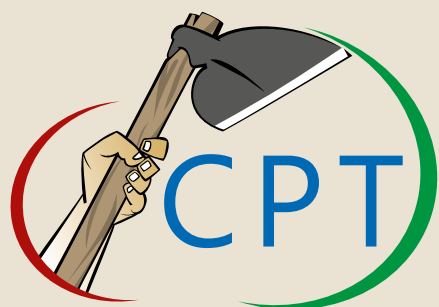




PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2020

Ano 45 – Nº 245

Foto: Juliana Pesqueira

O campo em ebulição - dados de 2019

Pág.: 5



A “velha grilagem” no Mato Grosso

Págs.: 8 e 9



Foto: CPT/MT

EDITORIAL

O “novo normal” nos chama a estarmos mais próximos dos pobres do campo, mesmo que separados!

Essa edição do jornal Pastoral da Terra foi totalmente produzida, escrita e revisada dentro da realidade da pandemia da Covid-19 e em isolamento social. O que chamam de “novo normal” escancara mais ainda as desigualdades sociais perpetradas no nosso país. Os pobres continuam a pagar a conta e a serem as maiores vítimas. No campo, o desmatador, o grileiro, o garimpeiro, esses não cumprem quarentena. Territórios indefesos, a fome volta a ser realidade, povos tradicionais expostos ao vírus e vítimas em maior potencial.

Em isolamento, a CPT lançou a 34ª edição do Conflitos no Campo Brasil, com os dados de 2019. Neles vemos mais um recorde de conflitos pela água, de ocorrências de conflitos por terra com algum tipo de violência. Mas vemos também o maior número de manifestações. A resistência do povo nunca esmorece!

Várias atividades, nacionais e internacionais, foram canceladas diante da pandemia. Nos deparamos com a nova realidade do mundo digital. Nunca antes dependemos tanto dessas ferramentas para nos comunicar e para continuarmos presentes nas articulações e, também, nas comunidades. A Articulação das CPTs do Cerrado e a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado têm feito uma série de lives, com temáticas diversas, para dar continuidade ao debate sobre o bioma e os povos que lá estão. A Articulação das CPTs da Amazônia, que se preparava para a realização do Fórum Social Pan-Amazônico, que deveria ter ocorrido em março, em Mocoa, na Colômbia, também se reorganiza para que a atividade se mantenha, de forma digital.

Além do coronavírus, temos lutado contra o vírus que está na presidência e os projetos nefastos que prosseguem no Congresso Nacional mesmo em pandemia. A tentativa de aprovar um Projeto de Lei, resultado de uma primeira proposta de Medida Provisória, que legalizaria a Grilagem, por enquanto foi frustrada, diante da organização de movimentos sociais, organizações, ambientalistas e influenciadores, para derrubar a votação.

A velha grilagem, essa sombra que atormenta os territórios camponeses e tradicionais, insiste em se manter no Brasil. O Pastoral da Terra traz um resumo da série de quatro reportagens produzidas pela CPT, e publicadas no Le Monde Diplomatique, sobre a grilagem de terras no Norte do Mato Grosso e a consequente profusão de conflitos na região. Mesmo diante das dificuldades, e da desigual queda de braço, o povo organizado se mantém firme e mostra como a produção agroecológica e camponesa é o que se faz de melhor no campo brasileiro.

A resistência e a esperança dos povos, sua auto-organização e saberes, nos traz vários caminhos para o futuro. E para o futuro próximo ficou o V Congresso Nacional da CPT. Adiado por conta da pandemia, sua realização se mantém na Amazônia, na mesma data, mas em 2021. Cabe a todas e todos nós, mantermos a chama acesa para a construção do nosso Congresso que oxalá se realize em 2021!

O saber e os ensinamentos das mulheres, nossas guardiãs do sagrado dessa terra, estão presentes num artigo belíssimo, construído coletivamente, para nos inspirar e nos ensinar a respeitar essa terra, esse mundo, e a relação das comunidades com esse chão que pisamos.

Vamos celebrar os 45 anos da CPT! Vamos celebrar essa caminhada olhando para o futuro, incerto mas com esperança. Animadas e animados pelas histórias de resistência que aqui trazemos, pelos relatos de solidariedade dos regionais da CPT, seguimos! Que estejamos cada vez mais juntas e juntos nas comunidades, mesmo que separados! Cuidem-se! Cuidem de todas e todos!

Boa leitura!

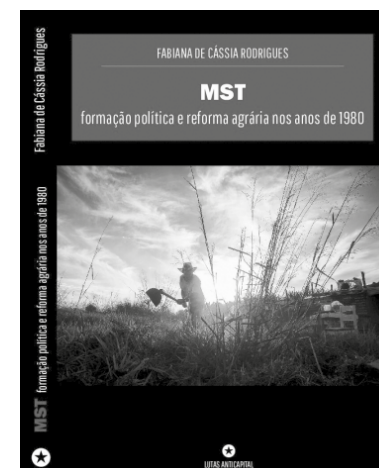


Universidade Brasileira Reforma ou Revolução

Lançada em maio deste ano, a publicação Universidade Brasileira Reforma ou Revolução traz reflexões sobre a reestruturação do ensino superior no Brasil pautado por setores populares e pela UNE, entre os anos de 1950 e 1960. Entre as reivindicações estavam “combate à estrutura arcaica do ensino superior, à sua privatização e ao elitismo dos exames vestibulares, e defendia o aumento da participação dos estudantes no processo decisório das instituições de ensino e a refuncionalização destas para que se tornassem subordinadas aos interesses do povo brasileiro”. De autoria do sociólogo Florestan Fernandes, a obra está em sua primeira edição, publicada pela Expressão Popular, 15 anos após o falecimento do autor. O livro, de 400 páginas, pode ser adquirido no portal da editora na internet.



MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980



O livro “MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980” publicado pela Editora Lutas Anticapital e de autoria da Profa. Dra. Fabiana de Cássia Rodrigues, docente da Unicamp, trata da pesquisa de investigação histórica da pesquisadora, com recorte na década de 1980. A autora “apresenta uma contribuição significativa não só para o debate sobre a questão agrária brasileira, como também para o entendimento do modo como se produziu a formação política dos militantes no contexto histórico dos anos de 1980”. O livro,

publicado em formato de ebook, pode ser baixado gratuitamente no portal da editora em lutasanticapital.com.br.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Lonilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Antônio Canuto
Caio Barbosa (Reg. Prof.: 009065/DF)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

**Brot
für die Welt**

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development
and Peace



MISEREOR
• IHR HILFswerk

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 Comissão Pastoral da Terra CNPJ: 02.375.913/0001-18 Para doações internacionais: IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1 Código Swift: CEFXBRSP Informações cpt@cptnacional.org.br Tiragem: 3.750 exemplares



Famílias acampadas no Pará são alvo de seguranças da VALE e cerca de 20 pessoas ficam gravemente feridas

O acampamento está localizado no município de Parauapebas (PA), e abriga, há 5 anos, 248 famílias

Famílias de agricultores ligados à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Pará (FETRAF-PA) foram brutalmente agredidos na noite de 21 de junho, por seguranças da empresa VALE. O acampamento Lagoa Nova Carajás, no município de Parauapebas (PA), sudeste paraense, abriga 248 famílias há 5 anos.

Segundo o despacho da Procuradoria da República no Município de Marabá (PA), os atos foram supostamente iniciados a partir de uma tentativa de ligação de energia elétrica impedida pelos agentes da VALE, e do qual resultaram em cerca de 20 pessoas feridas, entre elas a Coordenadora Nacional da FETRAF/PA, Viviane Oliveira.

O Ministério Público foi acionado ainda noite do ocorrido e abriu um procedimento para acompanhar as investigações sobre o conflito.

(com informações de FETRAF-PA/MPF/MST)

Empresa do grupo Brookfield coloca geraizeiros em risco de contágio por Covid-19

Gestora canadense possui US\$ 26 bilhões em ativos e 269 mil hectares no território brasileiro; comunidades no norte de Minas Gerais dizem que vírus segue as torres de uma transmissora de energia, pertencente ao fundo de investimentos

Em 16 de abril, o juiz Reginaldo Palhares Júnior, coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca de Grão Mogol, renovou uma liminar em favor da Mantiqueira autorizando a retomada das obras de construção da Linha de Transmissão (LT) Janaúba-Araçuaí na fazenda São Francisco, vizinha do Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas.

Com a liminar, cerca de 40 trabalhadores terceirizados — oriundos de diversas cidades do entorno e de outros estados — chegaram ao Vale das Cancelas, sem passar pela quarentena mínima de sete dias. A reentrada foi acompanhada, no dia 28 de maio, por dezesseis policiais militares, alocados para acompanhar o oficial de justiça responsável pela imissão de posse contra a detentora da área, a produtora de eucalipto Florestaminas S/A.

A área em disputa, no entanto, pertence a outra fazenda que não é citada na decisão judicial. “A Mantiqueira fez um processo único colocando a fazenda Buriti Pequeno e São Francisco como se fossem uma mesma área”, explica Felipe Soares, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que assessora as comunidades geraizeiras. As duas fazendas ficam a 20 quilômetros uma da outra e são de titularidade de duas empresas diferentes.

A Buriti Pequeno pertence à Foscalma S/A e, desde 2005, possui uma ação discriminatória aberta visando sua desapropriação e integração ao território geraizeiro. A São Francisco, da Florestaminas, teve sua área decretada “de interesse social” pelo go-

verno de Minas Gerais em 2018, destinando a área para as famílias tradicionais geraizeiras. Ambas as empresas, controladas pelo banqueiro João de Lima Géo, foram indiciadas em 2012 por grilagem de terras na região.

Para o geraizeiro Adair Pereira de Almeida, o Nenzão, a decisão judicial viola direitos básicos reconhecidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

“Isso feriu o nosso direito à consulta livre prévia e informada, de poder debater o processo em audiências públicas com participação efetiva da comunidade nas decisões”, afirma Nenzão. “Estamos entregues à morte!”

Após a operação policial, realizada no dia 31 de maio, a comunidade posicionou cercas e placas, tentando impedir a entrada dos funcionários no território e reduzir a exposição ao novo coronavírus. Mas o aviso não foi respeitado pela empresa, que quebrou a barreira e atirou os objetos à beira da estrada de terra que dá acesso às casas e hortas.

O conflito da Mantiqueira com as comunidades do Vale das Cancelas, se estende desde 2018, quando, sem consulta prévia, fincou centenas de torres de energia no território geraizeiro. Em julho de 2019, o observatório relatou uma das invasões conduzidas pela empresa: “Território de comunidades geraizeiras em Minas é invadido por transmissora de energia”.

(Bruno Stankevicius Bassi - De Olho nos Ruralistas)



Foto: De Olho nos Ruralistas

Dois indígenas yanomamis morrem em conflito com garimpeiros em Alto Alegre (RR)

Informação foi repassada pelo presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana, Júnior Hekurari Yanomami. Segundo informações de Júnior, as vítimas são Original Yanomami e Marcos Arokona Yanomami.



Foto: Codisi

morte de dois indígenas por arma de fogo e deixado outros feridos.

A informação foi repassada pelo presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana (Condisi/YY), Júnior Hekurari Yanomami no dia 23 de junho. Na ocasião, o presidente do Condisi informou que o conflito ocorreu entre garimpeiros e indígenas em uma área de floresta. As vítimas são Original

Yanomami e Marcos Arokona Yanomami. A situação dos feridos e quantos foram atingidos ainda não é certa, afirma Júnior.

Por conta desta situação e também pelo registro da queda de um avião utilizado para o garimpo na região do Alto Mucajaí, na semana anterior, o representante da saúde indígena informou que elaborou um documento cobrando mais fiscalização das autoridades.

O ofício é assinado pelo presidente do Condisi e foi encaminhado ainda no dia 23 ao coordenador substituto distrital Antonio Pereira, à Fundação Nacional do Índio (Funai), Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima (PF-RR) e Ministério Público Federal em Roraima (MPF-RR).

(Folha BV e Mídia Índia)

ARTIGO

A experiência do Amazonas em relação à COVID-19

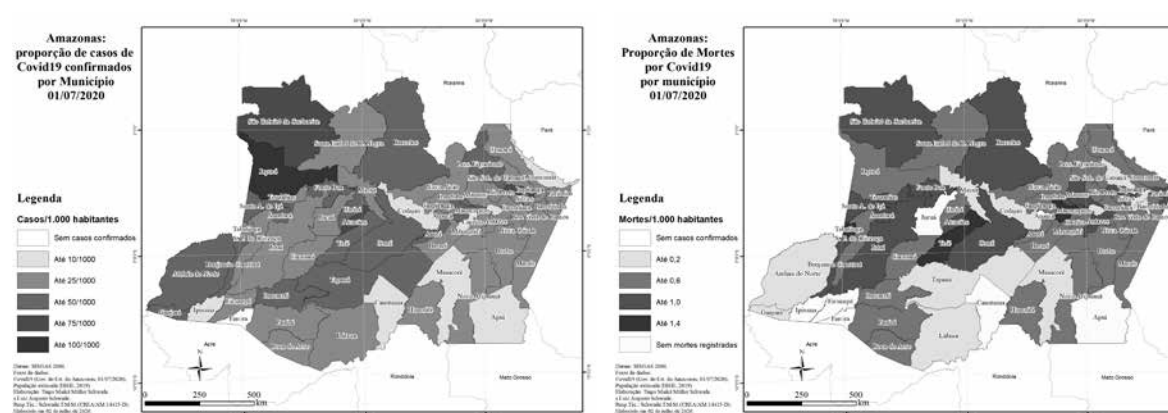
MAYKÁ SCHWADE*

O número de pessoas infectadas pelo novo coronavírus atingiu, neste início de julho, a marca de mais de 1,6 milhão de pessoas no Brasil. A emergência sanitária da Covid19 não se limitou às áreas urbanas, e segue onda de disseminação nas zonas rurais. As mortes em decorrência da doença ultrapassaram a marca de 60 mil e seguem aumentando, uma vez que o primeiro sábado de julho bateu recorde de mortes para este dia da semana, desde o início da pandemia no país. Neste mesmo mês de julho, dentre os estados com maior registro de casos a cada um milhão de pessoas estão Amapá, Roraima, Distrito Federal e Amazonas. Chama a atenção que a ocorrência de casos têm sido preponderante nos estados da Amazônia Legal. As comunidades tradicionais e povos indígenas sofrem com a inação do governo e a rápida disseminação do vírus.

O aeroporto de Manaus foi uma das portas de entrada do novo coronavírus no Brasil e o Amazonas acabou sendo um dos primeiros estados diretamente afetados. O vírus foi detectado em 13 de março de 2020 e continua se espalhando por todos os municípios e causando diariamente dezenas de mortes. Até o dia 1º de julho de 2020, o vírus causador da COVID-19 foi detectado em 61, de um total 62 municípios do estado. Até aquela data, que corresponde a 109 dias desde que o vírus foi identificado, o Amazonas já confirmou 2.843 mortes em decorrência da doença.

Nos primeiros meses, a doença causou grande susto à população, atingindo o pico de mortes em maio, com uma média de 51,5 mortes por dia. Mesmo assim, o governo do estado iniciou seu plano de reabertura no dia primeiro de junho. Embora o governo esteja pondo em prática o plano de reabertura do comércio, a doença continuou avançando e causando dezenas de mortes.

Em junho, foram confirmados novos casos em todos os municípios do estado, exceto em Envira, que continua isolado da doença. Também foram confirmadas novas mortes em 30 municípios. A



média do mês foi de 25,7 mortes por dia em decorrência da doença. O fato da média de mortes ter caído pela metade de um mês para o outro causou a falsa impressão de que a doença se tornou menos grave. Isso acaba levando as pessoas e governos a afrouxarem as medidas de isolamento social, causando o prolongamento dos casos de mortes.

No início, a doença chegou com força nas grandes metrópoles, como é o caso de Manaus, que tem mais de dois milhões de habitantes e concentra mais de 50% da população do estado.

Em um segundo momento, a doença se espalhou por cidades médias, que oferecem serviços para outros municípios próximos e que tem altas concentrações urbanas. No momento, alguns desses municípios mais populosos, cujas respectivas cidades exercem funções centrais na rede urbana regional, estão com as piores taxas de mortes. É o caso de Tefé (1,32/1000), Manacapuru (1,28/1000) e Tabatinga (1,12/1000).

Mas a doença continua avançando e se propaga com força nas pequenas cidades e comunidades rurais isoladas, fazendo dezenas de vítimas entre indígenas, camponeses e quilombolas. Como a doença se espalha mais lentamente nesses locais, indo de uma comunidade a outras, a sensação é de que o pior já passou. Entretanto, o que está em curso pode ser ainda mais grave do que o que ocorreu na capital e nas cidades médias do interior, pois não existem equipamentos e nem profissionais disponíveis nas pequenas cidades e comunidades rurais isoladas. A remoção

de um paciente nas comunidades isoladas pode levar dias.

Além disso, a data da chegada do vírus, as funções urbanas e a densidade demográfica não explicam tudo. Pelo contrário, a mortalidade da doença está também muito ligada às medidas adotadas pelos estados, a qualidade da informação que circula entre a população e a assimilação das medidas de proteção e distanciamento social. Por isso, diversos países que adotaram medidas sanitárias claras e bem elaboradas estão com baixíssimas taxas de mortalidade, se comparadas com as do Brasil.

Logo que a doença chegou ao país, fomos inundados de notícias falsas e informações infundadas sobre o problema. São diversos os exemplos, mas para citar um, podemos lembrar do dia em que o presidente falou que a doença teria dificuldades de se propagar no Brasil por conta do clima tropical. Essa fala foi reproduzida nos canais de televisão, jornais e inundou os telefones celulares conectados às redes sociais, chegando aos lugares mais remotos. Quando a doença chegou a Manaus, uma cidade que é quente o ano todo, foi muito difícil as pessoas se reorganizarem às pressas, pois estavam acreditando que não seriam alcançadas pela doença. A população havia perdido vários dias em função de uma informação infundada, transmitida pela maior autoridade do país.

De barco, automóveis ou avião, a doença alcançou rapidamente as cidades e poucos municípios conseguiram se organizar. Mas decisões firmes de algumas

prefeituras e igrejas tiveram um papel destacado na proteção da população. É difícil calcular o quanto isso está sendo importante, até mesmo porque ainda estamos sob os efeitos diretos da pandemia. Mas não restam dúvidas de que o modelo do distanciamento so-

cial adotado pelos gestores públicos e a qualidade da informação que chega até as pessoas são cruciais na redução ou aceleração das mortes.

Uma medida tomada pela Prelazia de Itacoatiara, por exemplo, pode ter salvado diversas pessoas. A Prelazia decidiu intervir na divulgação de informações nos grupos de WhatsApp e outras redes sociais vinculadas a igreja, proibindo a circulação de informações infundadas, ao mesmo tempo em que adotava medidas de isolamento social. Além de garantir o isolamento de uma parcela da população, a igreja evitou ruídos de informação, garantindo que a população ouvisse as autoridades públicas que buscam implementar as necessárias medidas de combate à pandemia. É difícil dizer em que medida isso contribuiu, mas certamente essas decisões da Prelazia ajudaram o município de Itacoatiara a ter uma taxa de mortes, até o momento, inferior à média registrada no estado, embora tenha sido um dos primeiros municípios alcançados pela doença.

Para finalizar, é preciso enfatizar que a pandemia não é um mero problema de saúde para aqueles que são acometidos pela doença. É um problema de saúde pública e está diretamente ligada às relações sociais. As saídas para a crise passam, portanto, por soluções coletivas. Além disso, todo cuidado deve ser tomado para evitar a propagação do vírus e o isolamento social ainda é a melhor ferramenta que temos.

*Agente CPT Amazonas.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2019

O campo brasileiro em ebulição

O ano de 2019 vai passar para a história como um ano de grandes tragédias. O relatório anual divulgado pela CPT, *Conflitos no Campo Brasil*, mostra isso. Lançado digitalmente, por causa da pandemia do novo Coronavírus, no dia 17 de abril último, a publicação mostra como 2019 foi difícil para os povos do campo, das águas e da floresta.

Logo no mês de janeiro a barragem do Córrego do Feijão, da mineradora Vale se rompeu em Brumadinho (MG): 272 pessoas enterradas vivas sob uma avalanche de lama. Povoados destruídos, pequenas lavouras e criação de animais destruídos, a água totalmente contaminada. No meio do ano, o fogo destruiu florestas. O mundo todo se levantando contra a destruição da Amazônia, essencial para o equilíbrio do planeta, e fazendeiros combinando o dia do fogo. Já perto do final do ano, o óleo invadiu o litoral de quase todos os estados o Nordeste. Afetou grandemente a vida dos ribeirinhos e pescadores artesanais.

O discurso virou prática

O discurso do presidente da República contra quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais pode muito bem explicar o avanço da violência no campo em 2019 em relação a 2018. Houve 14% de crescimento no número de assassinatos - de 28 para 32; 7% no de tentativas de assassinato - 28 para 30; 22% no de ameaças de morte - 165 para 201.



A CPT registrou 1.833 conflitos no campo em 2019. Número 23% maior que em 2018 e o maior número registrado pela CPT nos últimos 5 anos. Esse número equivale a uma média de 5 conflitos a cada dia. Dos 1.254 conflitos por terra registrados, 1.206 ocorrências de conflitos por terra envolveram alguma forma de violência, provocada por supostos proprietários e/ou grileiros. Esse foi o maior número de ocorrências de conflitos por terra **já registrado pela CPT desde 1985**. Os despejos explodiram na região Sul (450%), Centro-Oeste (114%) e Norte (55%). 102 mulheres sofreram violência. Desse total, 3 foram assassinadas, 47 foram ameaçadas de morte, 3 sofreram tentativa de assassinato, 5 foram presas, 15 sofreram intimidação.

Amazônia: violência dispara

Como em anos passados, a Amazônia Legal é onde se concentram os maiores números dos conflitos e da violência no campo. Mas, em 2019, a situação se agravou.

Em relação a 2018, crescimento de: 17% no número de conflitos por terra; 36% no número de famílias envolvidas; 82% no de famílias despejadas; 56 % nos bens destruídos; 72% nas roças destruídas; 29% no número de famílias ameaçadas por pistolagem; 55% no número de famílias que sofreram algum tipo de invasão de sua casa ou posse.

Na Amazônia, se concentraram em 2019: 84% dos assassinatos, 27 de 32; 73% das tentativas de assassinato, 22 das 30;

79% dos ameaçados de morte, 158 pessoas de um total de 201; 60% dos conflitos por terra; 71% das famílias envolvidas em conflitos; 57% das famílias despejadas; 84% das famílias que sofreram alguma invasão de terra ou casa.

No cenário atual, os indígenas são os inimigos

Conflitos no Campo Brasil 2019, pela primeira vez, traz um texto escrito por uma indígena, Sônia Guajajara. Sônia é do povo indígena Guajajara, do Maranhão. Ela faz parte da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.

No seu texto ela mostra os ataques que foram feitos aos direitos dos povos indígenas neste primeiro ano do governo Bolsonaro. Os dados da CPT comprovam isso. Eles estiveram envolvidos: em 244 ocorrências de conflito por terra, 20% do total; 9 indígenas foram assassinados, sendo 7 lideranças. Esse foi o maior número de lideranças indígenas assassinadas dos últimos 11 anos. 9 sofreram tentativas de assassinato; 39 foram ameaçados de morte; 11 agredidos; 10 feridos; e 16 foram intimidados de alguma forma. De cada três famílias em conflito por terra uma era indígena, 49.750 famílias indígenas do total de 144.742 famílias, 34%. Foi a categoria com o maior número de famílias envolvidas na luta pela terra.

Manifestações: 2019 é o ano com o maior número já registrado pela CPT

Um dos dados que chamam a atenção nos registros que a CPT fez em 2019 é em relação às manifestações. Foram registradas 1.301 manifestações com a participação de cerca de 243.712 pessoas, uma média de 3,5 manifestações por dia. Isso representa um aumento de 142% em relação a 2018, que teve o registro de 538 manifestações. É também o maior número já registrado pela CPT nas 34 edições do *Conflitos no Campo Brasil*.

A região que registrou o maior

número de manifestações foi a região Nordeste, com 516. Isso equivale a cerca de 40% do total de manifestações realizadas no país em 2019, de acordo com os dados da CPT. Nordeste e Sul seguem com 251 e 223 manifestações respectivamente. No que diz respeito ao número de participantes nas manifestações, o Nordeste também foi a região em que mais pessoas estiveram mobilizadas (106.451), seguida, desta vez, da Região Sul (52.950).

A destruição da vida revelada nos Conflitos pela Água em 2019

Uma das grandes fontes de conflito no campo gira em torno à água. Em 2019, o número de conflitos pela água disparou - 489 conflitos, envolvendo 69.793 famílias - 77% a mais em número de conflitos, em relação a 2018. É o **maior número de conflitos pela água já registrado pela CPT**.

De 2002 a 2014, a média anual era de 65 conflitos, compreendendo 27,5 mil famílias. De 2015 a 2019, a média chegou a 254 conflitos, aproximadamente 53 mil famílias. O crescimento corresponde ao

período em que se tramava e se executava o golpe contra a Presidente Dilma Rousseff, e assumia a presidência Michel Temer. De 2017 para 2018, os conflitos passaram de 197 para 276. Atingiram seu ápice no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, 489! Três estados, Minas Gerais, Bahia e Sergipe, somam juntos 61%, 298 do total de conflitos. Entre os que estão envolvidos em conflitos pela água: 41% são pescadores (199 casos); 22% são ribeirinhos (106 casos); 9% são pequenos proprietários (43 casos); 6% são quilombolas (31 casos).

PL DA GRILAGEM

Lobo em pele de cordeiro

MP 910 caduca mas mantém ameaça aos povos tradicionais e às florestas brasileiras em novo Projeto de Lei sobre regularização fundiária

AMANDA COSTA*

Em meio à pandemia da Covid-19, a bancada ruralista aliada à representantes do agronegócio no Congresso Nacional dedica grandes esforços para aprovar medidas que, além de aprofundarem a atual crise sanitária, estimulam o roubo de terras públicas e consequentemente aumentam a violência no campo e o desmatamento, principalmente no Cerrado e na Amazônia.

A primeira tentativa foi a Medida Provisória 910, assinada por Jair Bolsonaro ainda em 2019, que pretendia legalizar a prática de grilagem a partir da simplificação do processo de regularização fundiária de terras públicas. Seu texto original previa o aumento do tamanho das ocupações ilegais que poderiam ser privatizadas, sem vistoria e por processo autodeclaratório, chegando até 2.500 ha, ampliados para todo o país.

A MP 910/2019 tinha até o dia 19 de maio de 2020 para ser lida e votada no Plenário da Câmara dos Deputados e foi pautada contrariando acordo firmado entre lideranças partidárias e o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), que havia se comprometido a colocar em votação ape-



Foto: Ana Mendes

nas pautas relacionadas ao enfrentamento da crise provocada pelo novo coronavírus.

Entretanto, apesar de ter sido pautada em sessão no dia 12 de maio, divergências entre partidos de centro e oposição, somadas à intensa mobilização da sociedade civil, pesquisadores (as), ativistas, Ministério Público e organizações internacionais, impediram a tramitação da matéria.

Após a MP 910 ter caducado, Maia decidiu acatar a proposta dos partidos

de centro e anunciou a apresentação de um Projeto de Lei como estratégia para o tema não sair de pauta. A medida, portanto, transformou-se no PL 2633/2020, mas sem apresentar qualquer mudança relevante em seu conteúdo e sem qualquer previsão de diálogo com a sociedade.

O PL da Grilagem é baseado no parecer apresentado pelo deputado Zé Silva (Solidariedade/MG), antigo relator da MP, e agora quem assume é o deputado amazonense Marcelo Ramos (PL/AM),

que ignora a enorme crise que o seu estado enfrenta, sendo um dos mais impactados pela pandemia da Covid-19.

Após suspensão da MP 910, o novo PL corria o risco de ser votado em regime de urgência logo no dia 20, em Sistema de Deliberação Remota, mas a sessão foi adiada. Desde a semana em que o vídeo da reunião ministerial com Bolsonaro foi divulgado, na qual se escancara o projeto genocida do governo de “passar a boiada”, o tema não foi pautado.

Ameaças continuam

Apesar de propor pequenas alterações em relação ao texto original da Medida Provisória, o PL 2633/2020 mantém as ilegalidades de sua primeira versão e continua favorecendo grandes proprietários e grileiros que expulsam populações indígenas, quilombolas e camponesas de suas terras e desmatam as mesmas.

Em nota técnica enviada aos parlamentares, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), sinalizou que além da falta de urgência na aprovação do projeto, este mantém a mesma lógica da MP 910. Da mesma maneira fez o Ministério Público Federal ao manifestar que “apesar de ter havido alterações no texto quanto à manutenção do marco temporal para constatação de ocupações e ao tamanho das áreas a serem regularizadas por autodeclaração, o

cerne do projeto possui os mesmos vícios anteriormente constatados”.

O PL da Grilagem autoriza um processo simplificado para a regularização de imóveis com até seis módulos fiscais (mF) e mantém os prazos da Lei 13.465, de 2017, que incide sobre terras ocupadas até 22 de julho de 2008, e ainda permite que as ocupadas até o final de 2011 sejam regularizadas por um preço mais alto.

Entretanto, o texto corre o risco de ser piorado. Isso porque parlamentares ligados à bancada do agronegócio e à ala radical do Ministério da Agricultura querem resgatar pontos críticos do texto referente à MP, como o marco temporal atualizado para maio de 2014 ou até dezembro de 2018 e o aumento da área com dispensa de vistoria para 15 mF (1.650 hectares) ou até mesmo para 2.500 ha.

Além disso, existe o aumento do risco de titulação em áreas em conflito, isso porque não há indicativo de mecanismo efetivo para conter ou punir quem invade e desmata ilegalmente, já que a simples inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) não é eficiente para o controle. Cerca de 50% dos desmatamentos ilegais acontecem dentro de áreas cadastradas no CAR, sem qualquer punição concreta.

Tudo indica que a aprovação desse projeto colabora com o aumento dos conflitos no campo e do desmatamento, principalmente na Amazônia. De acordo com o levantamento da CPT, só em 2019 foram contabilizadas 33.202 ocorrências de invasões de terras só na Amazônia Legal. Já o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) demonstrou que o desmatamento no bioma aumentou 51%

no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2019, sendo um terço da área desmatada correspondente à terras públicas sem documentação oficial.

Se de um lado parlamentares ligados ao agronegócio buscam recuperar a primeira versão do texto, setores mais progressistas do governo, organizações da sociedade civil, populações originárias, comunidades tradicionais, pesquisadores (as) e diversas instituições defendem uma reformulação que considere os direitos dos povos e mantenha a destinação de terras públicas à Reforma Agrária, à titulação de territórios indígenas e quilombolas e para Unidades de Conservação.

*Setor de Comunicação Secretaria Nacional da CPT.

MIGRANTES

35ª Semana do Migrante celebra “Migração e Acolhida” em tempo de crise

Discussões sobre migração na infância, questão de gênero e migração interna fizeram parte da programação que ocorreu entre os dias 14 e 21 de junho

AMANDA COSTA*

A pergunta “Onde está teu irmão, tua irmã?”, que também é uma interpelação bíblica, foi lema da 35ª Semana do Migrante, promovida no Brasil pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), que todos os anos mobiliza ações que promovem acolhida, integração, defesa de direitos, além de partilha, no campo das experiências sagradas e multiculturais de todos os povos.

Diante dos crescentes fluxos migratórios e das vulnerabilidades sociais em meio a um contexto de crise, intensificada para a população migrante no país com a pandemia da Covid-19, a iniciativa deste ano teve como tema Migração e Acolhida. Sob esse escopo, formaram-se espaços de reflexão sobre a violação de direitos, o crescimento da xenofobia, da discriminação étnica e racial, do racismo e também do fascismo. Ao mesmo tempo, foi celebrado o protagonismo dos migrantes e organizações que atuam nos enfrentamentos.

De acordo com o Inventário de Migração Internacional 2019, conjunto de dados divulgados pela Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA) da ONU, o número de migrantes internacionais alcançou 272 milhões de pessoas em 2019, um aumento de 51 milhões desde 2010. Atualmente somam 3,5% da população mundial.

O bispo da Diocese de Brejo (MA) e presidente da Comissão



Família Martines Gomes, que percorreu cerca de 690 km desde San Félix, na Venezuela, até chegar ao Brasil. Na foto, Eglis (36 anos) José Armando (3 anos), e Edson (15 anos).

Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom José Valdeci Santos Mendes, destaca que é importante refletir sobre todos os irmãos e

irmãs que precisam de apoio e espírito de comunhão no atual cenário. “O próprio lema nos motiva a isso. Nesse tempo de pandemia de coronavírus precisamos vivenciar a solidariedade, a compaixão, preci-

samos testemunhar o Evangelho”.

Este ano, a Semana do Migrante ocorreu a partir da integração das diversas organizações que atuam no cuidado humano, na atenção pastoral e na defesa de direitos da população migrante no Brasil. Unidos, Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Cáritas Brasileira, Serviço Pastoral do Migrante (SPM), em articulação com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), o Instituto Migração e Direitos Humanos (IMDH) e a Missão Paz, com o apoio da 6ª Semana Social Brasileira.

Homens e mulheres em travessia

Devido à necessidade do cumprimento do distanciamento social em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus, a 35ª Semana do Migrante foi realizada em formato online, com uma programação de missas, seminários e debates ao vivo e mobilização nas redes sociais.

Na live intitulada “Migração e Refúgio: desafios e perspectivas para homens e mulheres em travessia”, Padre Alfredinho, migrante de Portugal vice-presidente do SPM, apresentou uma análise sobre o atual cenário mundial de migração.

Para ele, o mundo vive uma retomada dos governos de extrema direita ao poder, os quais historicamente perseguiram o direito à migração.

“Em vários pontos do planeta esses governos já vinham limitando as oportunidades para muitos migrantes. E a pandemia veio agravar isso. Os migrantes são as primeiras vítimas junto às minorias étnicas, negros, mulheres e especialmente crianças, hoje anônimas nesse mundo marcado por essa doença trágica”, destaca.

É o caso da imigrante haitiana no Brasil, Edwige Ristil, que

também participou do debate e emerge como uma das pessoas que buscam superar a invisibilidade. Ristil conta que precisou deixar o filho com dois anos de idade para buscar oportunidade de vida melhor, mesmo sem falar português. “Hoje eu trabalho muito, cuido de três crianças e não tenho horário para descansar. Agora chegou a Covid-19 e deixou tudo ainda mais difícil, porque eu preciso trazer o meu filho”, relata.

*Setor de Comunicação Secretaria Nacional da CPT.

A “velha” grilagem

CAIO BARBOSA*

No estado do Mato Grosso grileiros seguem ocupando ilegalmente terras públicas. O estado é um dos líderes em desmatamento e em conflitos no campo no Brasil. Os grileiros continuam ameaçando as famílias que vivem no campo, e são responsáveis direto pelo aumento dos índices de desmatamento na região Amazônica e no Cerrado. No município de Novo Mundo, cerca de 100 famílias resistem há mais de 15 anos às ameaças praticadas pelo ocupante ilegal da Fazenda Araúna.

São quase duas décadas de resistência, esperança e luta pelo seu pedaço de terra. Mais de 100 famílias do Acampamento Boa Esperança, localizado na Gleba Nhandú, no município de Novo Mundo (780 km de Cuiabá), ainda sonham com um “mundo novo”. Mesmo com o direito à terra garantido pela Constituição Federal, as famílias seguem aguardando, acampadas, pela aplicação da política pública de Reforma Agrária, e para que as sentenças da Justiça Federal sejam cumpridas pelas autoridades públicas.

Em setembro de 2019, o juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Sinop (MT) sentenciou o processo com decisão favorável à União para “reconhecer e declarar a propriedade da União sobre o imóvel denominado Fazenda Araúna, com extensão de 14.796,0823 (quatorze mil, setecentos e noventa e seis hectares, oito ares e vinte e três centiares), localizado no município de Novo Mundo/MT”. Também foi determinado pelo juízo a antecipação de tutela para emitir a União na posse

da área, decisão mantida pelo TRF da 1ª Região, no Agravo de Instrumento e no Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação.

A denúncia dessa velha grilagem mato-grossense, que gera um cenário de violência por parte dos grileiros, e essa situação conta com



Caminhões são vistos com frequência saindo da área da Fazenda Araúna carregados de madeira ilegal.

a omissão das autoridades estaduais, como denunciado em notas públicas pela Comissão Pastoral da Terra e o Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso (FDHT).

Desde o final de março de 2020, mais de 100 famílias ocupam 4,5 mil hectares da denominada Fazenda Araúna – área que foi reconhecida como terra pública da União. As decisões da Justiça Federal comprovam que a área da Fazenda foi aposada ilegalmente, por meio de grilagem de terras pelo espólio de Marcello Bassan. Mesmo assim, os mais de 14,7 mil hectares seguem em situação de grilagem e as autoridades do estado de Mato Grosso não resolvem o conflito na região.

Essas famílias resistem diariamente às ameaças feitas pelos grileiros e também sofrem com a morosidade por parte da Superintendência Regio-

nal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-MT) no estado. Após o órgão declarar interesse social objetivando a área para destinação à Reforma Agrária, os trabalhadores e trabalhadoras rurais buscam acessar seu direito à terra. Já houve sentença favorável à União, na Ação Reivindicatória proposta pela Advocacia Geral da União na Justiça Federal de Sinop, que visa a retomada da área.

Foto: CPT-MT

Atuação do poder público: Incra – MT é cúmplice dos grileiros

A União, após o Incra – MT declarar interesse social objetivando a criação de assentamento, sem a necessidade de desembolso de recursos públicos para a aquisição de terras, ingressou com Ação Reivindicatória na 1ª Vara Federal de

Sinop – MT, para a retomada da área da Fazenda Araúna. Mesmo com a sentença favorável em setembro de 2019, o Incra – MT tem proferido decisões que contrariam os dispositivos legais quanto à destinação dessas terras para o assentamento de famílias.



Trabalhadoras e trabalhadores rurais do PDS Nova Conquista II mostrando que é possível uma nova vida.

O atual superintendente do Incra – MT, Ivanildo Teixeira, afirmou que a Superintendência Regional “não irá adotar nenhuma medida para a

criação de Projetos de Assentamentos na região”, referindo-se à área da Fazenda Araúna. Ele chegou a afirmar que a autarquia não teria recursos para isso, bem como também nomeou servidor que estava de licença médica para receber a posse da área.

Além disso, o superintendente encaminhou ao Incra Nacional o ofício de nº. 9531/2020/SR(13) MT informando que a Superintendência realizou um estudo sobre a legislação vigente e concluiu pela necessidade de que o Incra “através de sua Procuradoria Federal Especializada deverá ingressar em todas as ações reivindicatórias que tramitam no Estado de Mato Grosso” e “requerer o sobrestamento de todos os processos judiciais”, referindo-se a todas as Ações Reivindicatórias propostas pela Advocacia-Geral da União (AGU) no estado de Mato Grosso, para a retomada de milhares de hectares de terras da União, cujos ocupantes não fazem jus à regularização fundiária.

Diante desse cenário de descaso do órgão, o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), emitiu em abril deste ano um parecer com base na auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Programa Terra Legal, que trata da regularização fundiária das terras na Amazônia Legal. Essa ação resultou no Acórdão/TCU, que aponta: “(...) a postura da Superintendência do INCRA no Mato Grosso se enquadra justamente nesse cenário de renúncia de receita e não destinação constitucional a terras públicas”.

A PFDC chama atenção no documento para os apontamentos de omissão dos órgãos federais na destinação de terras públicas regularizadas às suas finalidades constitucionais. O TCU revela o mau

Foto: CPT-MT

no Mato Grosso*



Foto: CPT-MT

Desde o final de março de 2020 as famílias ocupam 4,5 mil hectares da fazenda Araúna.

funcionamento do Programa Terra Legal, o descumprimento de preceitos legais e constitucionais. Isso ocasiona o aumento da grilagem de terras públicas e o desmatamento ilegal, além de prejuízos nos cofres públicos. De acordo com o Tribunal, o conjunto de áreas nessa situação em todo o país totaliza 887 mil hectares, o que corresponderia a um valor superior de R\$ 2,4 bilhões.

Além da situação de cumplicidade por parte do Incra, o Governo do Mato Grosso sugere caminho favorável à “velha” grilagem. O governador do estado, Mauro Mendes (DEM), cogitou solicitar a transferência das áreas das Glebas Nhandú (211 mil hectares) e também da Gleba Gama (16 mil hectares) para que o estado de Mato Grosso possa realizar a Regularização Fundiária. Com isso, as decisões da Justiça Federal não teriam mais validade, pois o Poder Executivo começaria um novo processo. Essa manobra dificulta ainda mais que as famílias possam ter seu direito à terra e continuará aumentando os conflitos no campo.

Segundo avaliação da CPT-MT e o FDHT, os conflitos em torno do caso do “Acampamento Boa Esperança”, que se arrastam por quase duas décadas, só serão resolvidos com o cumprimento das decisões da Justiça Federal para a

retomada desta área, e quando “as decisões da Justiça Federal de Sinop forem cumpridas, e as famílias assentadas. Além da investigação das denúncias dos crimes ambientais praticados pelo ocupante ilegal da área, Marcello Bassan, já tantas vezes denunciadas”, afirma a coordenação da CPT-MT.

Mais de 15 anos de luta e esperança pelo direito à terra em meio à violência

O histórico de violência praticada pelo grileiro contra as famílias têm episódios graves, como o ocorrido em outubro de 2015. As mais de 100 famílias, que estavam ocupando e produzindo alimentos em 2 mil hectares da Fazenda Araúna foram despejadas por liminar na época. O grupo, logo após o despejo, avistou do acampamento improvisado, sinais de fumaça. Ao chegarem ao local, constataram que as suas 80 casas de madeira, construídas com tanto esforço e de onde foram despejados haviam sido queimadas.

Outro caso ocorreu em fevereiro de 2016, o grileiro Marcello Bassan contratou pistoleiros, segundo informações das famílias, que chegaram ao amanhecer, fortemente armados, atirando para o alto e fazendo ameaças de morte às pessoas. Eles jogaram gasolina nos barracos com crianças dentro, ameaçando tocar fogo. As famílias tiveram que sair do local com a roupa do corpo e seus pertences pessoais. O que ficou para trás, como colchões, alimentos e até as plantações, foi queimado pelos jagunços, inclusive dois carros e uma moto. Até a igreja foi derrubada e queimada.

Além de todo histórico de violência física, emocional e psicológica realizada por parte do grileiro, também existem denúncias referentes aos

crimes ambientais praticados pelo Espólio de Marcello Bassan. A CPT – MT fez várias denúncias ao MPF de Sinop e ao Ibama relatando que a área “vem sendo desmatada há mais de 5 anos e os crimes ambientais se intensificaram nos últimos meses, com a saída semanal de caminhões carregados de toras, como comprovam as fotos em anexos, além dos diversos crimes e ameaças contra as famílias acampadas”.

Um novo mundo no lugar da “velha” grilagem

As famílias que vivem no Acampamento Boa Esperança já relataram inúmeras vezes que não vão desistir da esperança de conquistar seu direito à terra, e seguirão buscando um novo mundo. A inspiração para esta luta, e solução para este caso, está num horizonte bem próximo ao Acampamento,



Porteira da Fazenda Araúna que serve como segurança para as famílias.

na própria Gleba Nhandú.

O Assentamento Nova Conquista II é uma solução exemplar para o fim dos conflitos. Os assentados trabalham em mutirão para recuperar a biodiversidade e criar nova realidade em local que antes era “centro” de trabalho escravo e dominado por grileiros. O local era uma área emblemática, pois estava grilada por um fazendeiro conhecido como Chapéu Preto, notório pela forma violenta de agir contra os trabalhadores, e em 2003 após uma

fiscalização, 136 trabalhadores foram libertados do trabalho escravo na fazenda.

As famílias do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nova Conquista II passaram mais de 10 anos debaixo de barracos de lona; elas sofreram todo tipo de violência física e emocional; ataques de “jagunços”, ameaças de morte e despejos. O projeto foi a solução para o fim dos conflitos e da violência que existiam na área, além de mudar a realidade do lugar, antes dominado pelo agronegócio e as monoculturas de soja, milho e a pastagem para gado.

As 96 famílias assentadas pelo PDS Nova Conquista II começaram a mudar essa realidade e a construir um novo mundo. Hoje, no local, existe uma produção camponesa diversificada, feita por meio da agroecologia e com uso de sementes crioulas. Os alimentos, além de utilizados para consumo próprio, também fomentam uma feira organizada na sede do município.

Além da produção de alimentos, as famílias do acampamento Nova Conquista II estão trabalhando na recuperação das nascentes de água que existem na área da fazenda (são mais de 15 fontes de água). Elas foram degradadas por causa do agronegócio e desmatamento praticado pelos grileiros na Fazenda.

*Setor de Comunicação Secretaria Nacional da CPT.

*Este texto é um resumo da série A “velha” grilagem no Mato Grosso, composta por quatro reportagens, produzidas em parceria com o site Le Monde Diplomatique Brasil. Para leitura completa, acesse o site: <https://diplomatique.org.br/especial/a-velha-grilagem-de-terras-no-mato-grosso> e os canais de comunicação da CPT Nacional.

ARTICULAÇÕES DA CPT

CERRADO ONLINE: Saiba das ações das entidades durante os tempos de Covid-19

CAIO BARBOSA*

No dia mundial da Biodiversidade deste ano a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, em parceria com o Observatório De Olho Nos Ruralistas, estreou a transmissão online da série de bate-papos: **“Os saberes dos Povos do Cerrado e Biodiversidade”**. As transmissões ao vivo estão sendo feitas pelas redes sociais da Campanha do Cerrado (Facebook e Youtube), no Facebook do De Olho Nos Ruralistas e nas redes dos respectivos parceiros - o Facebook da CPT Nacional também está apoiando e transmitindo as lives.

A programação online começou no dia 22 de maio com a temática: **“A força das mulheres do Cerrado: Raízeiras e Quebradeiras”**, no bate-papo online foi possível conhecer um pouco mais dos modos de vida das mulheres quebradeiras de coco-babaçu e raízeiras do nosso Cerrado. A Campanha durante esse período já promoveu 4 lives com os seguintes temas: **“A biodiversidade é o melhor remédio contra pandemias: lições dos**

territórios do Cerrado”; **“A vida entre as chapadas e os vales: Comunidades Geraizeiras, Fechos de pasto e Apanhadoras de flores sempre viva”** e **“Comida de verdade no campo e na cidade em tempos de pandemia”**.

As ações do projeto “Saberes dos Povos do Cerrado e Biodiversidade” segue até o mês de setembro. Além das transmissões online, o conteúdo e as informações das lives estão sendo transformados em artigos publicados em parceria com o site Le Monde Diplomatique Brasil.

Monitoramento virtual do Cerrado

O acompanhamento das ações de solidariedade e de defesa dentro dos territórios, seguem sendo realizadas de modo online pela Campanha Nacional do Cerrado e suas entidades. Hoje as ferramentas digitais são fundamentais e es-



Foto: Eanes Silva

Campanha segue acompanhando as comunidades e povos do cerrado durante a pandemia

tão sendo aliadas nesse monitoramento. Uma das estratégias da Campanha, que também contou com o apoio da Articulação das CPT's do Cerrado, foi a criação de um questionário online para saber da situação e ações das famílias e comunidades durante esse período de pandemia e isolamento social. Outra iniciativa das entidades parceiras da Campanha do Cerrado é o fortalecer da campanha em torno do Programa de Aquisição de Alimentos

(PAA). As ações são fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar, como alternativa para esse período de vulnerabilidade da pandemia.

A Campanha do Cerrado, em conjunto com a **Campanha Mineração Aqui Não**, está articulando o processo de resistência das comunidades e povos tradicionais do norte de Minas Gerais e Bahia, grupos ameaçados pelo projeto de mineração da empresa Sul Americana de Metais – SAM. Algumas das atividades estão sendo online e podem ser acompanhadas pelo facebook: @mineracaoaquinao. As articulações e projetos online são formas de demonstrar os processos de resistência dos povos do Cerrado em seus territórios e um caminho para promover a conservação da biodiversidade por meio do debate online em tempos de pandemia.

*Setor de Comunicação Secretária Nacional da CPT.

Fospa lança proposta virtual para segundo semestre de 2020

“Fospa em Movimento” expande atividades para meio virtual em decorrência do cancelamento da nona edição por conta da emergência sanitária causada pela Covid19

MÁRIO MANZI*

A nona edição do Fórum Social Panamazônico (IX Fospa), que ocorreria entre os dias 22 e 25 de março, sofreu processo de reformulação em decorrência do cancelamento do evento por conta do novo coronavírus. A intenção de manter em permanente movimento as propostas de reflexão e as iniciativas de ação anteriormente programadas, culminou na proposição de uma série de atividades virtuais para o segundo semestre de 2020. A emergência sanitária causada pela pandemia de Covid19 impossibilitou a realização do Fospa, que seria sediado na cidade de Mocoa, Distrito de Puntumayo, na Amazônia colombiana.

Foram colocados, entre os objetivos da iniciativa, denominada

Fospa em Movimento: fortalecer a articulação de organizações e comunidades da Amazônia em torno do Fospa; gerar leituras coletivas do contexto sobre os temas abordados por cada Iniciativa de Ação; aprofundar as apostas de ação e projeção de cada uma das Iniciativas de Ação do Fospa; gerar espaços de reunião virtuais que permitam a um amplo público enten-

der a dinâmica das Iniciativas de Ação; avançar nos espaços de reflexão coletiva no fundamento do compromisso metodológico do IX Fospa.

Ao todo já existem 11 iniciativas de ação registradas até o momento, tais iniciativas, chamadas de IdeAs, possuem dinâmica própria e são autônomas. Entre elas está a iniciativa de mapeio de conflitos em quatro dos nove países abrangidos pela Amazônia. A publicação do *Atlas de Conflitos Socioterritoriais na Panamazônia* está envolvida nesta IdeA e deve ser lançada no dia 5 de agosto deste ano.

A proposta de realizar o Fospa em Movimento “trata também de gerar um movimento dentro do processo que permita às comunidades e organizações que temos encontrado em cada IdeA em defesa da Amazônia,

apropriar-se desse compromisso comum e de se reunir novamente a partir dos temas e/ou propósitos comuns em que registramos em Tarapoto e/ou nos diferentes cenários pré-fórum, a caminho do IX Fospa, onde surgiram novas iniciativas de ação”.

A edição, que seria ser realizada em Mocoa, já havia contabilizado 1.800 pessoas inscritas em 101 atividades autogestionadas. Anteriormente, foram realizados 14 pré-fóruns nacionais e locais nos últimos dois anos, como forma de preparação para a IX edição do evento.

A proposta Fospa em Movimento pode ser acompanhada pelo site do Fórum em forosocialpanamazonico.com onde serão disponibilizadas as datas das atividades para este segundo semestre de 2020.

*Setor de Comunicação Secretária Nacional da CPT.



Foto: Reprodução Fospa

V CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Rumo ao 5º Congresso Nacional da CPT em 2021

Já estava tudo, praticamente, organizado. Várias reuniões realizadas, a programação pronta, as equipes regionais preparavam suas caravanas, escolhiam delegados/as entre camponeses/as e agentes, combinavam levar os frutos da terra – alimentos e sementes que iriam encher nossos olhos de cores, nossas bocas de sabores, nossas trocas de saberes... As equipes de serviços articulando como receber, acolher, comer, dormir, festejar, refletir, rezar, enfim, celebrar, nos 45 anos da CPT, nosso 5o Congresso durante cinco dias em Marabá, no Pará. Uma grande movimentação animava os/as agentes de pastoral, num envolvimento grandioso de pessoas e entidades. Os desafios da escolha dos lugares, dos espaços para receber as caravanas e as atividades, e armar toda a infraestrutura necessária são muito grandes. Mas, tudo estava sendo pensado e organizado com tanto comprometimento e paixão pela Causa, que novos caminhos e possibilidades foram surgindo.

Muitas expectativas nos envolviam na realização do 5º Congresso em julho de 2020. O ano de 2019, primeiro sob a extrema-direita de Bolsonaro, foi especialmente violento no campo; a Amazônia, mais a cada dia, cenário de uma guerra perversa contra os povos e a natureza. O desmatamento e o fogo aumentaram, as ameaças continuam aterrorizando famílias e o ar para respirar e viver cada vez mais pesado. O governo federal, com conivência do Congresso Nacional, sob influência da bancada ruralista, declarou guerra de extermínio aos povos da terra, das águas e das florestas. Na tétrica reunião ministerial do dia 22 de maio, foi dito em alto e bom som: *“tenho ódio do termo povos indígenas”, [a pandemia é] “oportunidade” para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”*. Deste governo neo-fascista não se pode esperar nada diferente. Mas, não é nele que depositamos nossas es-

peranças. Essas estão nas lutas e resistências de nossos povos e comunidades, que não esmorecem, animadas na fé e na solidariedade, na esperança do Reino da Justiça e da Paz.

Para coroar os horrores de 2019, o mundo foi tomado pela pandemia do novo coronavírus ou Covid-19, um vírus letal que se espalha rapidamente. Em menos de cinco meses, já eliminou mais de 60 mil pessoas no Brasil e mais de 500 mil pessoas no mundo. Nosso país, sob um governo que usa a pandemia como estratégia, já alcançou o segundo lugar em mortes no mundo. Diante do crescimento do número de contagiados e mortos, alguns estudiosos chegam a afirmar que a postura do presidente da república pode ser comparada a uma prática de eugenia (eliminação seletiva da população), por desconsiderar a gravidade da pandemia, tratá-la com uma “gripezinha”, incitar ao desrespeito às normas de cuidado da Organização Mundial de Saúde (OMS), querer impor um remédio (cloroquina) desaprovado nas avaliações médicas. No atual momento, estamos sem ministro da saúde e o militar que assumiu interinamente segue a política do presidente de ampliar o caos. A diminuição das mortes nas classes altas chegou a ser comemorada pelo presidente, enquanto a contaminação cresce nas classes empobrecidas, em razão principal da quebra do isolamento social e retomada precoce das atividades econômicas.

Diante desse cenário - de caos institucional e necessidade absoluta de prosseguir no isolamento social, por mais que a realidade nos convoque ao encontro celebrativo das lutas e Causas

do Reino, tivemos que adiar a realização do nosso 5º Congresso Nacional, para a data de 11 a 15 de julho de 2021, no mesmo local, Marabá – PA.

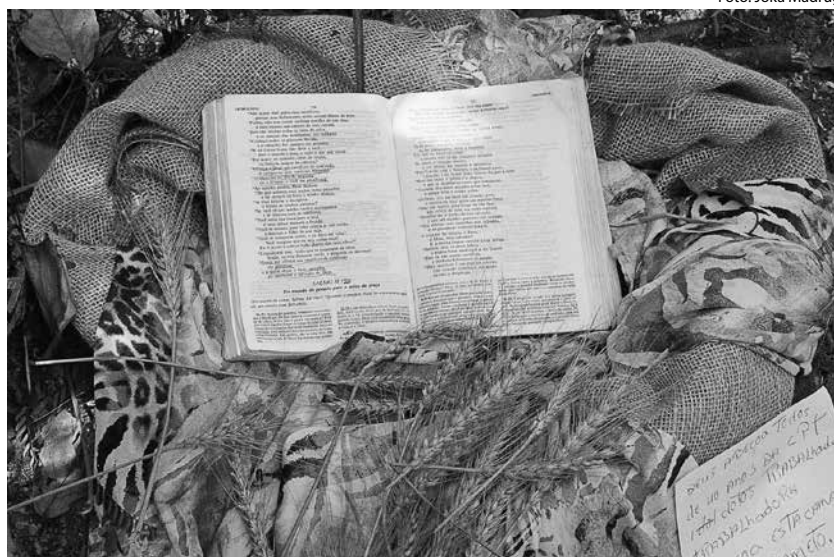
No entanto, a realidade está a nos ensinar, mais uma vez, que não é de lamentos que se prepara um congresso de uma entidade como a CPT, mas com muitos tambores e maracás, com muitas cores, sabores e saberes, com muitas sementes... da paixão, das culturas originárias e tradicionais, da

acesa a lamparina ou a poronga do nosso Congresso nesse período de agora até julho de 2021?

Continuam a nos embalar, ainda mais, o tema do 5º Congresso – *Romper as Cercas do Capital na Terra e Territórios Ameaçados e Tecer as Teias do Bem Viver na Casa Comum – e seu lema: Somos Terra, Somos Água, Somos Vida!*

Acreditamos que, como momento celebrativo e de profunda re-

Foto: Joka Madruga



flexão, co-inspiração e compromisso, teremos na realização do Congresso em 2021 ainda mais desejos de uma radical transformação em nosso país e em nossa situação agrária. Diante da total incapacidade desse governo, submisso ao capitalismo ultraliberal e neofascista, de resolver os problemas do povo, nossas comunidades continuarão respondendo com coragem e solidariedade à pandemia do novo Coronavírus e da “agro-pandemia”.

Não podemos perder a hora, o mundo grita, com George Floyd, o negro morto sufocado pelo policial nos Estados Unidos – “não consigo respirar” – que “vidas pretas importam”, que “todas as vidas valem”! Como CPT, continuamos juntos/as aos povos do campo, na peleja pela autonomia e soberania nos territórios. Avante! Seguimos na luta, rumo ao nosso 5º Congresso Nacional da CPT em 2021, solidários/as às milhares de famílias que estão perdendo seus parentes e amigos, no campo e nas cidades, e às lutadoras e lutadores que, em casa, no trabalho ou nas ruas, conseguem viver hoje o que desejamos de melhor para o mundo, com as bênçãos do Senhor da História.

MULHERES

Terra, corpo e território

“Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política”
 Lorena Cabnal (Feminista Comunitária da Guatemala)

LINALVA CUNHA CARDOSO SILVA
 JAQUELINE FREITAS VAZ
 SILMARA MORAES DOS SANTOS

As mulheres dos territórios maranhenses acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra – Regional Maranhão, reivindicam e almejam o lugar, a terra, o corpo como territórios “livres”, nesse caso, sem as aspas que trazemos e que nos remetem a tantos problemas que nos levam a construir, junto a elas, caminhos para romper com a ausência de liberdade sob as várias formas de violência e violações de direitos por elas sofridas. Para tanto, poder (re) conhecer que a identidade pode ser um importante ato revolucionário nesse processo de luta, muito contribui para que essas demarquem um posicionamento de toda essa rede de vida plural, existente nos territórios e que, para as mulheres, têm se manifestado na defesa da terra, do corpo e do território enquanto lugar de morada, de passagem e expansão de tudo que se aprende e se compartilha enquanto sagrado e atemporal.

Como exemplo disso temos as mulheres do Quilombo Lagoa Grande, situado no município de Presidente Vargas, região Norte do estado, a 165 km de São Luís (MA). A origem do quilombo vem das inúmeras fazendas de escravos que existiam naquela região, sendo ela também conhecida como: terras de pretos do Vale do Munim, segundo José Reinaldo Miranda de Sousa. Uma região, também conhecida como território das águas, banhada pelo Rio Munim. O Quilombo Lagoa Grande tem 28 mil ha e possui lagos e lagoas diversas, uma delas deu nome ao lugar, e justamente nestas águas é que foi possível experienciar as manifestações de cuidados e práticas que religam as mulheres a este chão, como verdadeiras guardiãs do sagrado. Elas fazem a proteção através do plantio das matas ciliares e a conservação das águas, principalmente das nascentes que são, segundo elas, a morada das mães d’águas, seres encantados que fazem a defesa física e espiritual do território. Den-

tre as práticas herdadas por suas ancestrais, está a proibição do uso de qualquer produto de origem industrial, já que essas águas também são utilizadas para lavar roupas e para fins domésticos.

Trazer à tona os cuidados, a luta e resistências secular das mulheres de Lagoa Grande é, acima de tudo, sublevar uma percepção sobre o modo *de fazer, de criar e de viver* dessas mulheres que (re)

nifestação religiosa para apresentarem seus conhecimentos empíricos de cura do corpo e da alma. E tem sido através das ervas, dos chás e dos banhos que essas mulheres resistem, se fazem presença e são sementes “sábias e misteriosas” (ESTÊS, 2007, p. 48) dentro do território, lançando-se em diferentes situações. Esse conhecimento por elas adquirido, sobre seus corpos, sobre as vivências de

nômico, cultural, político e ambiental, com base em suas raízes históricas.

Em resposta às ameaças ao patriarcado e ao sistema capitalista vigente, que se retroalimentam e se apresentam em diversas formas através dos grandes projetos existentes como: os linhões, a plantação de eucalipto, a soja, a mineração, as barragens, os portos e o MATOPIBA, que incidem sobre os territórios e corpos, principalmente das mulheres, elas têm fortalecido ainda mais sua organização política, enquanto guardiãs nos territórios, e, com isso, demonstram uma simbiose existente entre elas e a natureza, de modo que essa luta seja constante, pois defender o corpo da mãe terra, é defender o seu próprio corpo e das futuras gerações. Assim, as dores sentidas nos corpos físicos são entendidas por elas como dores sentidas pela própria mãe terra, conforme cita Dona Lucimar Sousa: *“O corpo da mulher é um território, e esse território precisa ter saúde, física e mental, se a mulher fica doente, o território todo adoce, pois é ela que ajuda a cuidar dele. Por isso que temos que ter o nosso território vivo para poder plantar o nosso alimento sem veneno, com o uso do veneno, nós e o território morremos”*.



Foto: Andressa Zumpano

significam essa luta perene demonstrada em muitos aspectos como: nas práticas de feitura e ingestão dos remédios caseiros, do artesanato do babaçu, na escolha das sementes para plantar, no ciclo lunar de colheita das ervas e das cascas de árvores, nas danças, nas músicas, no chacoalhar dos maracás, no batuque do tambor, na lida na roça, no cuidado e proteção com os igarapés, na personificação das palmeiras de babaçu, denominadas por elas como mães-palmeiras, na quebra do coco, na feitura do azeite e em tantas outras relações construídas ao longo dos tempos que fortalecem uma luta política, por muitas vezes, sufocada pela invisibilidade e, portanto, pelas violências plurais /sofridas por elas em seus territórios.

Mesmo silenciadas e oprimidas, essas mulheres preservam o ofício de parteiras, benzedeiras e mães de santos, que usam da arte, da cultura e da ma-

suas ancestrais e o modo como isso chega às mulheres jovens das comunidades, diz muito sobre o que, segundo elas, tem relação com a natureza, com a proteção que fazem dela e com as ervas que curam umas às outras, principalmente em relação às doenças sofridas pelas mulheres, causadas também, pelas violências físicas, psicológicas e moral sofridas, muitas delas, por seus parceiros e lideranças locais.

Por muitos aspectos, essas mulheres vêm reafirmado sua existência enquanto categoria coletiva que politiza seu modo de fazer, dentro do “campo da significação ambiental” (ALMEIDA; DOURADO, 2013, p. 28). Pois, a proteção e o cuidado com o território perpassam, segundo elas, por saberes, pela reafirmação da identidade dentro dos processos plurais existentes principalmente, dialogando com a importância dessas experiências dentro de um contexto socioeco-

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de; DOURADO, Sheilla Borges (Orgs.); ed. Ver. E aum. Conhecimento tradicional e biodiversidades: normas vigentes e propostas identidade coletiva e reivindicações. Manaus: UEA Edições: PPGSA/PPGAS, UFAM, 2013.

ESTÊS, Clarissa Pinkola. A ciranda das mulheres sábias: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem. Tradução de Waldéa Barcellos. – Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

*Agente da CPT/MA do Sub-regional Centro Sul na coordenação do Projeto Rede de Ação Integrada de Combater a Escravidão - RAICE nos municípios de Codó e Timbiras/MA.

*Agente voluntária da CPT/MA no Sub-regional Centro Sul no Projeto Raice em Codó e Timbiras/MA.

*Agente da CPT/MA do Sub-regional Norte e coordenadora da equipe Norte.



A violência dos Carabineros (polícia militarizada chilena) e do governo neoliberal de Sebastián Piñera contra as minorias sociais é alvo de constantes denúncias dos movimentos populares chilenos e um dos fatores que motivou os protestos que tomaram o país durante o ano passado e o início deste ano.

Nos últimos dias, as comunidades mapuche de Temuco, no sul do Chile, vêm sofrendo seguidos ataques dos Carabineros, que atuam expulsando as hortaliças mapuche (como são conhecidas) das ruas e confiscando seus produtos, às vezes de forma violenta. Essas ações estão baseadas em uma nova ordem municipal do prefeito Miguel Becker, que tornou ilegal a atividade das vendedoras mapuche, justamente em um momento em que elas mais precisam de sua fonte de renda.

Segundo as hortaliças, as autoridades jogaram sua atividade e seu sustento

Polícia chilena reprime mulheres mapuche que tentam vender alimentos durante pandemia

Enquanto chilenos mais pobres sofrem sem assistência, policiais confiscam produtos cultivados por agricultoras indígenas

na ilegalidade, e não respeitaram a sua cultura. Yolanda Llanquitar, representante da organização Zomo Newen (que significa “força de mulher” no idioma mapuche), reclama da estigmatização através da medida do prefeito Becker, que justifica sua decisão questionando a qualidade dos produtos que elas vendem.

“Que não haja mais Batalhão de Choque, nem hoje nem nunca, porque somos mulheres mapuche que queremos trabalhar livremente. Não estamos roubando, o que temos aqui é produção nossa. Que a comunidade tenha toda a confiança, e os que vêm de fora também, que tenham confiança de que estamos vendendo produtos saudáveis.”

De acordo com a deputada Nuyado, do Partido Socialista, “em meio a um Estado de catástrofe, como o que estamos vivendo, não se pode restringir a produ-



Foto: Paola Cornejo

ção, não se pode restringir a venda dos produtos nos diversos mercados onde os povos indígenas trabalham. O direito constitucional desses povos deve ser respeitado, e devem ser tomadas medidas para garantir sua renda, sem restrições, nem perseguições, nem esta criminalização da produtividade de cada um deles, em seus diversos territórios”.

(Victor Farinelli com colaboração de Paola Cornej - Via Brasil de Fato)

Havana repudia inclusão de Cuba em lista norte-americana de países que apoiam terrorismo

“Trata-se de uma lista unilateral e arbitrária, sem nenhum fundamento, que serve contra países que se recusam a acatar a vontade dos EUA”, diz chancelaria cubana

O Ministério das Relações Exteriores de Cuba repudiou a inclusão do país na lista do Departamento de Estado norte-americano que nomeia nações que “não cooperam plenamente com os esforços dos Estados Unidos contra o terrorismo”.

Em comunicado, emitido no dia 1º de junho, Cuba afirmou que a medida já havia sido rechaçada pelo presidente Miguel Díaz-Canel, quando a informação da inclusão foi publicada pelo governo Trump.

Segundo a chancelaria cubana, o argumento utilizado pelos EUA é a presença de membros da delegação de paz do Exército de Libertação Nacional (ELN) da Colômbia no território de Cuba.

Cuba explica ainda no comunicado que a delegação do ELN está no país por conta do “repentino abandono” do Equador, enquanto sede do acordo, e que, por “solicitação do governo colombiano e do ELN, o processo de paz foi transferido para Havana, em maio de 2018”.

O Ministério de Relações Exteriores de Cuba declarou que as “ações hostis” da Colômbia contra Cuba e as “medidas políticas e legais contra a delegação de paz do ELN” no território cubano podem indicar uma “suposta ajuda do governo da Colômbia” na acusação norte-americana.

(Via Opera Mundi)

MST mantém ações de solidariedade na África e na América Latina em meio à pandemia

Conheça o trabalho realizado por brasileiros que atuam no Haiti, na Venezuela e na Zâmbia

Durante a pandemia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) virou notícia ao doar 1,2 mil toneladas de alimentos, produzidos em acampamentos e assentamentos, para populações vulneráveis no Brasil. As ações de solidariedade, que ajudam a evitar o desabastecimento em meio à crise sanitária, também ocorrem fora do país e começaram muito antes da covid-19.

As brigadas internacionalistas do movimento atuam em outros dois países latino-americanos, Haiti e Venezuela, e também estão presentes na Zâmbia, centro-sul da África.

Haiti

Os trabalhos da brigada no Haiti começaram em janeiro de 2009 e se intensificaram no ano seguinte, após um terremoto que matou 316 mil pessoas e deixou 1,2 milhão desabrigados na capital Porto Príncipe e em cidades vizinhas.

O MST contribuiu no envio emergencial de alimentos produzidos no Brasil, ajudou a implantar sistemas de captação de água e construiu um centro nacional de agroecologia – incluindo um galinheiro com capacidade para 7 mil frangos. A brigada Dessalines também passou a coordenar um banco de sementes de arroz, milho e feijão.

Venezuela

O trabalho do MST na Venezuela começou há 15 anos. A primeira tarefa era prestar apoio à Revolução Bolivariana por meio da formação política e de cultivo de alimentos saudáveis. A brigada leva o nome de Apolônio de Carvalho, militante e intelectual brasileiro falecido em 2005.

Em meio à guerra econômica promovida pelos Estados Unidos, que se agravou no contexto da pandemia, os integrantes do MST trabalham para garantir soberania alimentar e evitar o desabastecimento.

A produção de sementes crioulas e agroecológicas no país vizinho é realizada em parceria com o Estado venezuelano e com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Zâmbia

Durante uma quarentena fortemente militarizada, os militantes do MST atuam basicamente na distribuição de sementes e equipamentos de saúde, negligenciada pelo governo, e com articulações políticas para proteção dos direitos dos camponeses. Na última semana, a brigada doou ao Partido Socialista da Zâmbia – principal força progressista de oposição do país – 400 litros de higienizador de mãos e 400



Foto: Brigada Internacional Samora Machel

máscaras de tecido, que serão distribuídas nas periferias.

Dos 17 milhões de habitantes, mais de 10% vivem na capital Lusaka. O país tem poucas áreas urbanas, que concentram 44% da população. As cidades têm condições precárias de saneamento e acesso à água. As famílias dependem da economia informal e costumam viver aglomeradas, o que aumenta o risco de contaminação.

Quase 55% dos zambianos vivem na extrema pobreza e apenas 46% tem acesso à água potável. A expectativa de vida é de 59 anos, e 12,4% das pessoas com idade entre 15 e 49 anos são portadoras do vírus HIV.

(Praveen S. Via Brasil de Fato)

PÁGINA BÍBLICA

Evangelho de Mateus – segunda parte

Dando continuidade às reflexões que Sandro nos trouxe na última edição do Pastoral da Terra, seguimos com o Evangelho de Mateus.

SANDRO GALLAZZI*

O palácio de Herodes e o templo dos sacerdotes sabem disso, conhecem todas as Escrituras, mas, longe de aceitar o novo, querem matá-lo.

“A antiga ordem que saiu da boca de Faraó: ‘Matem todos os meninos!’ agora sai de Jerusalém. Agora o Egito é terra de salvação! Simbolicamente Jesus percorre o caminho do povo de Moisés, vem do Egito, atravessa o Jordão e chega a Nazaré. É o novo povo de Deus que começa seu caminho. De Jerusalém somente saem a morte e as lágrimas: Herodes é como o Faraó e Jerusalém como a Babilônia que fez Raquel chorar! Acabar com a cidade é muito bom!” (Mt 2,16 – 2,18).

O primeiro a entender isso foi João Batista, o profeta que deixa claro aos fariseus e aos saduceus que, se não se converterem, a árvore será cortada sem piedade:

“Não se iluda pensando que têm Abraão como pai, porque Deus pode fazer nascer destas pedras filhos de Abraão” (Mt 3,9).

Colocando na boca de João as palavras de Jeremias, Mateus diz que Jesus é a última oportunidade que Jerusalém tem para mudar, do contrário, será destruída:

“Ele traz o rastriho na mão para separar o grão da palha e recolherá o trigo em seu celeiro e a palha será queimada no fogo que não se apaga” (Mt 3,12).

Ao mostrar que o novo está começando bem, Mateus fala das tentações de Jesus, que são as mesmas de Davi, as mesmas do poder nas quais todos caíram:

“Usar do poder de filho de

Deus para seu proveito (fazer ‘milagres’ para si mesmo = converter as pedras em pão para matar a fome) (Mt 4, 1-11);

- usar da religião para alcançar o poder = todos vão crer em ti;
- vender-se em troca do domínio dos povos e das riquezas = ajoelha-te diante de mim.

Interessante é observar que tanto Jesus quanto o diabo use Escrituras para sua peleja, mostrando que não é o escrito que conta mas o projeto de cada um.

Por isso Jesus é o novo Moisés que, em Mateus, faz cinco grandes discursos, como se quisesse dar à comunidade um novo Pentateuco (os cinco livros sagrados dos judeus), que é a norma da vida nova em Jesus. São eles:

- **o sermão da montanha** (cap. 5-7), que contém a mística central de Jesus: o Reino de Deus e sua justiça, como já vimos. Este sermão termina com a parábola da casa sobre a rocha (a ecclesia) e a casa sobre a areia (Jerusalém).
- **o discurso missionário** (cap. 10), que nos coloca dentro do conflito por causa da fidelidade ao reino, porque cremos no projeto do compartilhar com os pequeninos, mesmo que seja um copo de água fresca.



- **as parábolas do Reino** (cap. 13), que nos animam a acreditar que, apesar de todas as dificuldades, nosso projeto irá concretizar-se. Não há força capaz de destruir nossos sonhos.

- **a vida da comunidade** (cap. 18), o novo grupo que se constitui em redor das crianças, seriamente preocupado em não fazer tropeçar os pequenos que caminham, e que tem como regra básica de convivência, sempre, o PERDÃO.

O discurso da vigilância (cap. 24 e 25), a partir da certeza de que Jerusalém será destruída, o aviso de Jesus para não entrar

na guerra, à vigilância, a fazer render os dons de Deus, a manter-nos sempre atentos com nossas lâmpadas providas de óleo, sabendo que o caminho da salvação passa pelo que fizemos aos pobres:

Estive com fome e me deste de comer. (cf. Mt 25,31-46).

No meio do Evangelho uma pedra, uma pedra sólida, segura, sobre a qual será edificada a ecclesia, uma pedra e ninguém, nem o inferno, poderá abalar: é a fé em Jesus, o Cristo, o Filho de Deus vivo (Mt 16,13-18).

Esta pedra não cairá como as pedras de Jerusalém, na qual não ficará pedra sobre pedra.

A preocupação de Mateus em mostrar que o novo que nasce com Jesus é bom, leva-o a mudar várias vezes o texto de Marcos, mostrando que os doze, longe de serem duros, lerdos, incrédulos, têm fé, sabem e compreendem. A figura do apóstolo sai limpa, quase per feita.

Isso incentivou em nossas igrejas uma leitura triunfalista de Mateus, a ponto de falar de uma igreja hierárquica, do papa e dos bispos como sociedade perfeita. Nunca Mateus quis dizer isso. Ele quis ajudar sua comunidade a manter-se fiel ao projeto e à memória de Jesus, depois do vendaval da destruição de Jerusalém.

SOLIDARIEDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ações de solidariedade estão sendo realizadas pelas CPT's durante a crise da Covid-19

Os regionais da Comissão Pastoral da Terra já realizaram a distribuição de mais de 70 toneladas de alimentos arrecadados em ações de solidariedades pelo Brasil. Os trabalhos em conjunto com os movimentos sociais e populares são esperança para superar a crise epidêmica do coronavírus.

CAIO BARBOSA*

O Brasil tem atualmente mais de 60 mil casos de mortes confirmados, e mais de 1,5 milhão de infectados com o novo coronavírus. Além disso, outras crises sociais se agravaram neste período, desafiando não somente o Estado brasileiro, como também os movimentos sociais. Diante desse cenário, as pastorais junto aos movimentos sociais e populares se uniram e estão trabalhando para ajudar a população do campo e da cidade a superar e passar por esse período de pandemia.

Uma convocação foi feita pela Via Campesina Brasil para que os movimentos populares do campo e da cidade, igrejas, artistas, intelectuais, estudantes, governos estaduais e municipais se unam para defender a vida e a solidariedade. Em nota pública divulgada no final de março a organização e suas entidades se comprometeram a continuar produzindo alimentos agroecológicos e desenvolvendo ações de solidariedades voltadas ao abastecimento popular de comida e produtos de saúde.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem se mobilizado para ajudar a construir processos de arrecadação e distribuição de alimentos, bem como materiais de higiene básica. Os trabalhos de solidariedade realizado pelos regionais da CPT estão sendo fundamentais para levar alimentos e materiais básicos de higiene para as comunidades que estão em vulnerabilidade neste momento de



Foto: CPT/AC
Famílias no Acre foram beneficiadas pela ação da CPT.

pandemia. Já foram distribuídos mais de 70 toneladas de alimentos e materiais de higiene em vários estados brasileiros por meio das ações das CPT's.

Em ação conjunta da CPT-PA, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e a Arquidiocese de Santarém (PA) e sob o slogan "Mãos que se dão com os pés no chão" a ação solidária de apoio das equipes pastorais e da instituição católica Misereor, já atendeu 100 famílias e comunidades em Santarém, no estado do Pará. Entre elas aldeias indígenas de Ipaupixuna, Açaizal, São Francisco da Cavada, Amparador e São Pedro do Palhão.

Ainda no norte do país, no Acre, a CPT-AC seguindo sua missão e preocupada com as famílias nestes tempos de pandemia não mediu esforços para contribuir com a segurança alimentar de mais de 800 famílias, em especial, os ribeirinhos, seringueiros e camponeses. Foram entregues cestas básicas e material de higiene e limpeza em quase 60 comunidades acreanas.

Outra ação das CPT's foi a doação de 45 toneladas de alimentos produzidos por comunidades camponesas nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte entregues a famílias que estão sofrendo com os impactos decorrentes da pandemia do novo coronavírus. Também

foram entregues a hospitais, presídios, casas de apoio a imigrantes, a crianças e a pessoas em situação de rua e de fome. Essa distribuição faz parte das ações do mutirão de solidariedade "Repartir a terra, partilhar o pão" realizada pelo regional Nordeste 2 da CPT em comemoração aos 45 anos da CPT no Brasil (22 de junho de 1975).

As comunidades e famílias do norte de Minas Gerais receberam mais de 3 toneladas de alimentos de uma ação conjunta do MST, da CPT-MG, do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e o Quem Luta Educa, ação foi realizada na periferia de Montes Claros. Toda a produção agrícola vem de áreas de assentamento e acampamento do



Foto: CPT/MS
Indígenas receberam alimentos e materiais de higiene durante a pandemia.

MST e foi distribuída para pessoas carentes da cidade, com destaque para as famílias da região da Vila Atlântida e famílias assistidas pela Paróquia São Francisco de Assis, na região do Grande Santos Reis.

No centro-oeste, os regionais da CPT também realizaram ações de solidariedade e apoio às famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade. No estado do Goiás foram distribuídos alimentos e materiais de higiene para mais de 500 famílias acampadas, assen-

tadas e de comunidades quilombolas. As famílias goianas foram beneficiadas por uma ação organizada por seis Dioceses juntamente à CPT-GO.

No estado do Mato Grosso, a CPT-MT com o apoio do Tribunal Regional do Trabalho conseguiu realizar a distribuição de 270 cestas que foram entregues para pessoas em situação de rua nas periferias de Cuiabá e em Acorizal.

No Mato Grosso do Sul a distribuição das cestas de alimentos contemplou 375 famílias, distribuídas em acampamentos, assentamentos e comunidades indígenas dos Guaranis Kaiowás. Uma ação desenvolvida pela parceria entre a CPT-MS, Conselho Indigenista Missionário - Cimi, MST, voluntários do Assentamento Nazareth e grupos organizados dos indígenas de Caarapó.

As comunidades indígenas vivem e se organizam em seis acampamentos (Kunumi Verá, Guapoy, Tey'i Jusu, Jerky Guasu, Nhamoi Guaviray e Nhandeva) em áreas de Retomadas localizadas no entorno da Reserva Indígena de Tey'i Kue, no Município de Caarapó, a 280 quilômetros da capital do Estado. As áreas de Retomadas trazem junto com o acesso à terra, a revitalização da cultura originária destes povos e a busca pela soberania alimentar, diante do dramático quadro de fome que assola hoje os Guarani Kaiowa.

Para além das ações solidárias da CPT's na arrecadação e distribuição de alimentos e produtos de higiene e saúde, os movimentos sociais do campo e da cidade também estão trabalhando para levar alimentos para a população em estado de vulnerabilidade social. O MPA, MST e MAB juntos já superaram a marca de 1.000 toneladas de alimentos doados para as famílias brasileiras.

*Setor de Comunicação Secretária Nacional da CPT.



45 ANOS DA CPT

Quem é essa que é filha da terra?

A Amazônia – isso diz quem dela sabe – foi plantada por mulheres e homens que lá viveram uns tempos antes desses. Um grande jardim. Que imensas são essas pessoas que regam flores gigantes? Na Amazônia tudo é grande: rios, peixes, árvores, encantos e problemas. Tu nasceste lá, parida pelo grito da terra e dos povos dela. Periférica. Como é nascer de um grito? Esses dias fez quatro décadas e meia.

MARCELO BARROS[1]
JOÃO DO VALE[2]

Quem veio ao cosmos em uma ditadura militar sabe bem a contravenção de - em um regime de exceção e terror do século XXI - celebrar a teimosa aventura da vida. O que foi ter dez agentes pastorais assassinados logo em seus primeiros anos? Foste batizada no sangue! E camponesas? E camponeses? Moínho de gente esse Brasil colonial. És da terra. É por isso que sabes que a terra a ninguém pertence e todos/as a ela pertencemos? É por isso que continuas a denunciar a morte da natureza e a dos povos dela? Ti-veste a felicidade – talvez por ser filha de quem és – de perceber que o capitalismo na América Latina se faz explorando gente e matando rio. Escravizando gente e derrubando floresta. Assassinando gente e extraindo minério. Na euforia progressista, foste corajosa. Denunciaste o desenvolvimento, que era muito mais uma ilusão que antecipava o suicídio. Por que para desenvolver temos que destruir o nosso mundo? Muitos não gostam de ti.

Que bom. Que bom. Maldita CPT. Como o Jesus que segues. Bendita tua memória subversiva. Amor preferencial pelos pobres, não é isso? E tu acrescentaste a terra, aquela que, como os corpos pobres, é massacrada e transformada em PIB e propaganda. Dos/as injustiçados/as, escolheste não estar ao lado, mas no meio. Quem está ao lado vê de lado, pela metade. Quem está no meio não tem olhos para outra coisa senão para aquilo que te arroteia: o povo e a terra. A Profetisa, o profeta – isso diz quem dessas coisas sabe – também vai no meio. Não vai na frente, como quem puxa ou como quem guia alguém que não vê. Também não vai atrás, como quem não tem coragem nem de falar, nem de lutar. Vai no meio, vai junto, comendo o mesmo pão, passando a mesma fome e rompendo o mesmo arame.

Arrisca-se porque o risco que se tem é arrancar com as mãos uma nova civilização. A história - é bom não esquecer - se faz com mãos e corações. E os gritos, o que dizem hoje? Pedem uma nova profecia – ou apenas que ouçamos uma antiga?

E pode não ir até o fim alguém filha da paixão que o coração arde e os olhos brilham?
E essa existência que grita:
mundo novo?
Nem as balas
nem as rodovias
nem o progresso
nem os projetos
te derrubaram
És da terra!
como uma sumaúma
que espalhou suas sapopemas
nas veredas de um país ainda colonial
Por quem gritam as vítimas do racismo?
O que gritam as mulheres de todos os jeitos violentadas?
escuta
abraça-se à profecia
arrisca
e risca do chão do mundo
todas as cercas
adelante pastoral da terra
filha da terra
um dia a tua paixão
– e a do povo e a da terra -
será ressurreição.
sem o peso do poder que esmaga
seremos apenas festa
e dançarão
sem medo do chicote ou do pecado
os nossos corpos
e os nossos sonhos

O futuro não é mais uma certeza. Os povos da terra estavam certos. O cambio climático, a destruição da natureza e todas essas doenças importadas dizem que mudar de rumo não é mais uma opção, mas o único caminho que nos levará para fora do abismo. Um mundo novo já não é mais uma alternativa, mas a única possibilidade, ou não teremos mundo nenhum. E esse outro mundo, possível e necessário, até onde se sabe, só poderá ser construído nesse mundo que nos tem. Ao total, quantos/as camponeses/as presos/as? Quantos/as agentes torturados/as? Quantos/as defensores/as da terra assassinados/das? Nas últimas semanas perdemos várias lideranças indígenas, verdadeiras bibliotecas cosmológicas. Quem assumirá a tarefa de contar a história? O que dirão do cristianismo se não assumirmos a luta em sua radicalidade, com seus riscos e belezas? Beleza é o que não falta nesses anos de caminhada, não é Pastoral da Terra? Não haveria como resistir se no lugar que esteve cada passo não houvesse brotado um motivo de celebração da vida. Espalha tuas sementes crioulas, CPT. Semeia multidões. Faz da festa, do canto e do afeto - essas coisas tão nossas e que tanto ódio provocam aos opressores – um alimento diário. Prepara-te pra colher subversões, porque a luta por justiça, em um sistema opressor, é o melhor jeito de se aproximar de Deus.

24 de junho, dia de São João, Xangô menino – Olinda/Recife.

[1] Marcelo Barros é monge beneditino, escritor e esteve por muitos anos no secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra.
[2] João do Vale é educador popular e agente pastoral na Comissão Pastoral da Terra em Pernambuco.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐	Brasil	R\$	10,00
☐	Para o exterior	US\$	20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
CNPJ: 02.375.913/0001-18
Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA